



Ministério da Fazenda
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
Diretoria de Administração - DIRAD
Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGETI
Coordenação de Sistemas de Informação - COINF

TERMO DE REFERÊNCIA CGETI nº 02/2017

1) OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de licenças de **Visual Studio 2017 com Software Assurance** (MSDN) da Microsoft. Mais especificamente, 14 (catorze) licenças de Visual Studio 2017 *Professional Edition*, e 3 (três) licenças de Visual Studio 2017 *Enterprise Edition*, todas com *software assurance* por, no mínimo, 2 (dois) anos.

2) FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Relação Demanda X Necessidade

Id	Demanda Prevista	Quantitativo a ser contratado
1	Licença Visual Studio Professional 2017 com Software Assurance MSDN por, no mínimo, 2 anos	14
2	Licença Visual Studio Enterprise 2017 com Software Assurance MSDN por, no mínimo, 2 anos	3

2.2 Motivação

A maioria dos sistemas utilizados atualmente na Susep foi desenvolvida em Delphi - ferramenta de desenvolvimento adotada pela área de TI há muitos anos, muito robusta e poderosa, mas atualmente considerada obsoleta, e muito menos utilizada no mercado. Com o crescimento das demandas de todas as áreas da Susep por manutenções nos sistemas existentes, bem como por novos sistemas, e a mudança no perfil das aplicações - caminhando cada vez mais para a utilização da plataforma web - a equipe da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGETI) avaliou que seria importante optar por uma

ferramenta de desenvolvimento mais alinhada ao mercado e muito mais adequada à criação de sistemas para a web.

Após cuidadosa análise de várias alternativas, chegou-se à opção pela plataforma "Dot Net" (ou ".Net") com Visual Studio. Além do fato de que a equipe da CGETI já contava com integrantes que tinham experiência em .Net (não só no que diz respeito à linguagem de programação, mas também com relação à arquitetura necessária para a criação de um ambiente adequado para todo o ciclo de vida de desenvolvimento de software), constatou-se que esta plataforma é mais robusta do que outras, como PHP, por exemplo, e que sua curva de aprendizado/uso é significativamente menor e mais barata que a da plataforma Java.

Além disso, estudando-se mais detalhadamente o assunto, constatou-se que a ferramenta Visual Studio trazia, além de ampla base de conhecimento e de código fonte já desenvolvido, uma série de para as boas práticas de desenvolvimento na plataforma Dot Net.

Inicialmente, a CGETI utilizava uma ferramenta gratuita, chamada Visual Express, com uma série de limitações. No momento oportuno, foram adquiridas licenças do Visual Studio ferramenta completa e profissional para o desenvolvimento em Dot Net. Desde esse momento, a equipe aumentou sua produtividade e desenvolveu código fonte, componentes reaproveitáveis e conhecimento nesta plataforma. Neste momento, faz-se necessária nova aquisição de licenças, com um aspecto importante para a evolução no conhecimento da plataforma, que são as assinaturas do serviço MSDN / "software assurance", as quais dão acesso à atualização constante da ferramenta, download de ferramentas e recursos complementares, treinamentos, entre outros benefícios.

Assim sendo, considerando o uso produtivo que a ferramenta vem tendo para a SUSEP, e considerando-se a necessidade de fornecimento de licenças para a equipe interna bem como recursos da fábrica de software, optamos pela aquisição de 14 (catorze) licenças de Visual Studio 2017 *Professional Edition*, e 4 (quatro) licenças de Visual Studio 2017 *Enterprise Edition*. O quantitativo de 4 licenças na versão Enterprise se deve à necessidade de prover a equipe com uma versão com funcionalidades voltadas para automação de testes e também para os aspectos de arquitetura das soluções.

2.3 Resultados a Serem Alcançados com a Contratação

2.3.1	Continuar a melhoria da produtividade no desenvolvimento de Software, pela equipe.
2.3.2	Continuar o aprimoramento da qualidade dos sistemas desenvolvidos.
2.3.3	Manter as ferramentas atualizadas em suas últimas versões, e com direito a correções para eventuais bugs (defeitos).
2.3.4	Manter a equipe de desenvolvimento atualizada com relação à tecnologia utilizada.

2.4 Justificativa da Solução Escolhida

I	Necessidade	Benefício
1	O Visual Studio já é uma das duas principais ferramentas de construção de software da SUSEP, portanto, de grande importância para a manutenção e aprimoramento dos sistemas de negócio da entidade, e não são conhecidas ferramentas concorrentes – livres ou não - que sejam tão completas e difundidas, com atualizações, e que permitam dirimir dúvidas com relação à sua utilização. Sendo assim, é fundamental ter acesso ao atendimento de dúvidas técnicas, correções e atualizações do software, disponibilizadas pelo fabricante da ferramenta.	Manter a ferramenta atualizada, para que a equipe de desenvolvimento de sistemas da Susep possa continuar aprimorando seu processo de construção e manutenção de sistemas, evitar <i>bugs</i> (defeitos) por falta de ferramentas da equipe.

3) DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Aquisição de licenças de Visual Studio 2017 com Software Assurance (MSDN) da Microsoft por, no mínimo, 2 anos. Mais especificamente, 14 (catorze) licenças de Visual Studio 2017 Professional Edition, e 3 (três) licenças de Visual Studio 2017 Enterprise Edition.

4) ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1 Considerações gerais

As licenças deverão ser disponibilizadas através do ***mecanismo de licenciamento por volume (VLSC)*** disponibilizado pela fabricante Microsoft através do Portal Microsoft *Volume Licensing Service Center*.

4.2 Requisitos da Solução

4.2.1 Requisitos Técnicos

4.2.1.1 O item **3 - Descrição da Solução** possui especificações técnicas suficientes para caracterizar o objeto.

4.2.2 Requisitos Legais da Solução

4.2.2.1 As licenças deverão ser autênticas, apresentando conformidade à legislação relativa a direitos autorais.

4.2.2.2 Licenças de software deverão ser disponibilizadas para uso perpétuo.

4.2.2.3 As licenças deverão ser plenas em suas funcionalidades, sem restrições de uso, vedadas versões escolares, acadêmicas, livres ou quaisquer outras com alguma limitação de uso.

4.2.3 Requisitos de Segurança Institucional

4.2.3.1 A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela confidencialidade das informações a que vier a ter acesso em virtude dos fornecimentos e prestações objeto desta contratação, comprometendo-se a:

4.2.3.2 Manter sigilo sobre todos os assuntos de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, devendo orientar seus empregados e prepostos neste sentido;

4.2.3.3 A CONTRATADA deverá garantir a confidencialidade das informações de propriedade da CONTRATANTE que lhe estejam acessíveis em razão da prestação dos serviços previstos nesta contratação.

4.2.4 Requisitos Temporais

4.2.4.1 A CONTRATADA deverá observar o prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da emissão da Ordem de Fornecimento de Bens, para entrega do objeto.

5) MODELO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE BENS

5.1 Justificativa para parcelamento do Objeto

Para esta contratação, será adotado o critério de menor preço por item, ou seja, o objeto será parcelado com vistas à ampliação de concorrência (regra geral).

5.2 Metodologia de Trabalho

5.2.1 Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA receberá a Ordem de Fornecimento de Bens (anexo IV).

5.2.2 Em até 30 (trinta) dias úteis, contados da data da Ordem de Fornecimento, a contratada deverá entregar as licenças que lhe foram adjudicadas.

5.2.3 A CONTRATANTE emitirá o respectivo Termo de Recebimento Provisório (anexo II), atestando o mero recebimento, pendente de posterior avaliação de qualidade.

5.2.4 A CONTRATADA deverá solicitar à Microsoft a emissão da Confirmação do Pedido de licenças, correspondente ao quantitativo de licenças adquiridas para cada respectivo item do objeto da licitação;

5.2.5 Em seguida, A CONTRATADA deverá entregar a Confirmação do Pedido de licenças correspondente ao quantitativo de licenças adquiridas para cada item da Ordem de Fornecimento;

5.2.6 A CONTRATANTE procederá na verificação de qualidade da entrega face os requisitos descritos neste Termo de Referência.

5.2.7 Não constatadas irregularidades não impeditivas do prosseguimento do processo de pagamento, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo (anexo III).

5.2.8 Toda a execução contratual será avaliada conforme os critérios especificados neste Termo de Referência. As inconformidades apontadas pela Susep e não saneadas pela CONTRATANTE poderão configurar inexecução total ou parcial, implicando penas e sanções à CONTRATADA, conforme este Termo de Referência.

5.2.9 Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, o processo será encaminhado para pagamento, que ocorrerá normalmente mediante a manutenção, pela CONTRATADA, das condições habilitatórias, e as verificações administrativas da equipe de fiscalização.

6) ELEMENTOS PARA GESTÃO DO CONTRATO

6.1 Papéis e Responsabilidades

Id	Papel	Entidade	Id	Responsabilidade
1	Gestor do Contrato (IN SLTI/MP 04/2010, Art 2º, inc. IV)	Contratante	1	Encaminhamento formal de Ordem de Serviço/Fornecimento;
			2	Encaminhamento das demandas de correção à CONTRATADA, quando houver;
			3	Encaminhamento de indicação de
			4	Analisar desvios de qualidade;
			5	Elaborar termos de recebimento definitivo;
			6	Autorizar a emissão de Nota Fiscal à CONTRATADA;
			7	Atestar no verso da nota fiscal a entrega das licenças e a prestação dos serviços;
			8	Encaminhamento de pedidos de alteração contratual ao setor competente, quando os houver;
			9	Encaminhar justificativa para aditamento contratual ao setor competente se julgado conveniente e oportuno
2	Fiscal Administrativo (IN SLTI/MP 04/2010, Art 2º, inc. VI)	Contratante	Id	Responsabilidade
			1	Verificar regularidades fiscal, trabalhista e previdenciária;
			2	Verificação da aderência dos serviços prestados aos termos contratuais
			3	Verificação da manutenção das condições classificatórias referentes à pontuação obtida e à habilitação técnica
3	Fiscal Técnico (IN SLTI/MP 04/2010, Art 2º, inc. V)	Contratante	Id	Responsabilidade
			1	Receber o objeto do contrato e emitir termos de recebimento provisório e posteriormente, o definitivo;
			2	Avaliar a qualidade dos bens e dos serviços e das justificativas, quando as houver, de acordo com os Critérios de Aceitação definidos em contrato;

			3	Identificar as não conformidades face aos termos contratuais;
			4	Verificar a manutenção das condições classificatórias referentes à habilitação técnica;
			5	Verificar a manutenção das condições elencadas no Plano de Sustentação;
			6	Verificar a aderência da solução entregue aos termos da contratação.
4	Fiscal Requisitante (IN SLTI/MP 04/2010, Art 2º, inc. VII)	Contratante	Id	Responsabilidade
			1	Avaliar a qualidade dos bens e das justificativas, quando as houver, de acordo com os Critérios de Aceitação definidos em contrato;
			2	Identificar as não conformidades face aos termos contratuais;
			3	Verificação da manutenção da necessidade, oportunidade e economicidade da Contratação
			4	Verificar a manutenção das condições elencadas no Plano de Sustentação;
5	Representante da Contratada	Contratada	Id	Responsabilidade
			1	Garantir a aderência dos bens entregues e serviços prestados aos termos da contratação.
			2	Receber autorização para emissão de Notas Fiscais

6.2 Deveres e Responsabilidades da Contratante

6.2.1 Designar, formalmente o gestor do contrato bem como os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual;

6.2.2 Convocar o CONTRATADO para que, no prazo previsto de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, compareça à Superintendência de Seguros Privados para a assinatura do TERMO DE CONTRATO;

6.2.3 Prestar à Contratada informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados, que tenham pertinência ao objeto da contratação, a critério da Contratante;

6.2.4 Encaminhar, obrigatoriamente, a Ordem de Fornecimento de Bens ao preposto do Contratado, conforme inciso II, art. 25 da IN SLTI/2010;

6.2.5 Receber o objeto do CONTRATO, conforme o disposto no art. 15, §8º, da Lei 8.666/93 e o inciso II do artigo 73 da Lei 8.666/93 considerando, ainda, o que dispõe os artigos 62, 69 e 76 da mesma Lei;

6.2.6 Comunicar à Contratada qualquer anormalidade havida no fornecimento dos softwares para adoção das providências de saneamento;

6.2.7 Fiscalizar a execução do contrato.

6.2.8 Rejeitar, no todo ou em parte, a entrega/fornecimento de licenças em desacordo com as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência.

6.2.9 Comunicar ao CONTRATADO, por escrito:

6.2.9.1 Quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados com este Termo de Referência e ao CONTRATO;

6.2.9.2 A abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares da CONTRATADA, concedendo-lhe prazo para defesa;

6.2.9.3 A aplicação de eventual penalidade, nos termos deste Termo de Referência;

6.2.10 Emitir e assinar os Termos de Recebimento Provisório e Recebimento Definitivo, conforme o disposto no inciso III do art. 25 da IN 04 SLTI/2010 e art. 73 da Lei 8.666/93;

6.2.11 Pagar à CONTRATADA pelos bens fornecidos, nos termos e condições previstas em contrato.

6.3 Deveres e Responsabilidades da Contratada

6.3.1 Observar, na execução do objeto do presente CONTRATO, todas as condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência;

6.3.2 Entregar, no ato da assinatura do contrato, declaração autenticada emitida pela Microsoft de que a empresa está cadastrada como Revenda Autorizada Microsoft na modalidade de licenciamento fornecida, apta a transacionar por programas de licenciamento por volume.

6.3.3 Entregar para a Susep licenças perpétuas software que lhe foram adjudicadas dentre as indicadas no item 3.2 - Detalhamento da Solução, incluindo todas as mídias, documentações, informações, chaves e senhas necessárias à devida instalação dos softwares pela contratante;

6.3.4 Observar prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis para entrega do objeto indicado na Ordem de Fornecimento de Bens;

6.3.4.1 Este prazo poderá ser prorrogado por até igual período a critério da Susep mediante solicitação justificada da CONTRATADA antes de seu decurso.

6.3.5 Responsabilizar-se por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, fornecimento de software distinto, incompleto ou inferior ao objeto licitado, cientificando-se que a existência de gestores de contrato e fiscais não diminuirá sua responsabilidade e não implicará na corresponsabilidade do CONTRATANTE ou dos responsáveis pela fiscalização e gestão contratual.

6.3.6 Reparar todos os danos e prejuízos que comprovadamente sejam de sua responsabilidade, quer sejam ocasionados por materiais, equipamentos ou mão-de-obra, em toda a área envolvida na execução do objeto, bem como por erros ou falhas na execução ou administração do CONTRATO, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do CONTRATO;

6.3.7 Solicitar à Microsoft a emissão da Confirmação do Pedido de licenças, correspondente ao quantitativo de licenças adquiridas para cada respectivo item do objeto da licitação;

6.3.8 Entregar a Confirmação do Pedido de licenças correspondente ao quantitativo de licenças adquiridas para cada item da Ordem de Fornecimento;

6.3.9 Garantir que o objeto deste CONTRATO não infringe quaisquer patentes, direitos autorais ou "trade-secrets", sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogados, custas e despesas decorrentes de qualquer ação judicial ou processo iniciado contra a Superintendência de Seguros Privados, por acusação da espécie, devendo o CONTRATADO ser chamada à autoria para comparecer ao processo pela melhor forma prevista em direito;

6.3.10 Corrigir quaisquer falhas verificadas na execução do objeto, sem qualquer ônus adicional para a SUSEP, cumprindo todas as determinações da SUSEP;

6.3.11 Garantir a autenticidade das licenças adquiridas, sabendo que estará exposta a todas as sanções

cíveis e criminais decorrentes dos atos de violação de direitos autorais e pirataria de software;

6.3.12 Cumprir os prazos previstos em contrato e no Termo de Referência.

6.3.13 Sujeitar-se às sanções e penalidades decorrentes de inexecução contratual previstas em contrato.

6.3.14 Indicar formalmente seu Preposto, que representará a CONTRATADA nas subsequentes interações com a Susep nem razão da execução do contrato.

6.3.15 Manter durante toda a vigência do CONTRATO todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando-as mensalmente e sempre que solicitado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, assim como em relação às demais exigências previstas no Contrato e no Termo de Referência. Assim, durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA ficará obrigada a renovar todos os documentos relativos à regularidade no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93);

6.3.16 Guardar o sigilo de quaisquer informações a que tenha acesso em virtude do cumprimento dos serviços a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento no curso da execução do objeto, inclusive após o término do prazo de vigência do Contrato, sendo proibida a divulgação do conteúdo das referidas informações a terceiros em geral e, em especial a quaisquer meios de comunicação públicos ou privados.

6.3.17 Cumprir, durante a execução do CONTRATO, as leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que entrarem em vigor, sendo a única responsável pelas infrações cometidas, convencionando-se desde já, que a Superintendência de Seguros Privados poderá descontar de qualquer crédito do CONTRATADO a importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza que venha efetuar por imposição legal;

6.3.18 Abster-se de subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste contrato;

6.3.19 Responsabilizar-se por todos os encargos e despesas que se fizerem necessários para o cumprimento dos serviços que irão compor a execução do objeto contratado durante todo o período de vigência do Contrato, tais como: transporte, fretes, hospedagem, passagens, assistência técnica, manutenção, etc.

6.3.20 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, o aumento ou a diminuição dos serviços contratados, quando solicitado pelo CONTRATANTE, observados os limites previstos no artigo 65, § 1º, da Lei nº

8.666/93;

6.4 Formas de Acompanhamento do Contrato

6.4.1 Evento: Encaminhamento da Ordem de Fornecimento dos softwares pela Susep à CONTRATADA.

6.4.1.1 Forma de acompanhamento: Aviso de Recebimento dos Correios (ECT).

6.4.2 Evento: Emissão do Termo de Recebimento Provisório para o software.

6.4.2.1 Forma de acompanhamento: A Susep emite o Termo mediante o recebimento das licenças.

6.4.3 Evento: Emissão do Termo de Recebimento Definitivo das licenças de software.

6.4.3.1 Forma de acompanhamento: A Susep emitirá o Termo após a emissão do respectivo Termo de Recebimento Provisório e a verificação dos critérios de aceitação para o software, conforme este Termo de Referência.

6.5 Metodologia de Avaliação da Qualidade

6.5.1 Verificação da especificação das licenças de software entregues

6.5.1.1 A equipe de fiscalização do contrato verificará se o part-number das licenças entregues é igual a um dos part-numbers admitidos, conforme Ordem de Fornecimento e este Termo de Referência.

6.5.1.2 Se, por ocasião da entrega das licenças, os part-numbers enumerados tiverem sido descontinuados pela Microsoft, serão admitidas licenças correspondentes à versão mais atual do respectivo software.

6.5.2 Verificação da quantidade de licenças de software entregues

6.5.2.1 A equipe de fiscalização do contrato verificará se o quantitativo de licenças entregue pela CONTRATADA é igual ao número de licenças solicitadas na respectiva Ordem de Fornecimento.

6.5.2.2 A verificação se dará por meio de consulta ao mecanismo de gerenciamento de licenças por volume da Microsoft (VLSC - Volume Licensing Service Center).

6.5.3 Verificação da forma de disponibilização das licenças

6.5.3.1 Serão admitidas somente entregas através do mecanismo de gerenciamento de licenças por volume da Microsoft (VLSC - Volume Licensing Service Center). Serão rejeitadas entregas exclusivamente compostas por caixas com mídias e chaves de ativação individuais.

6.5.4 Verificação da exclusividade da CONTRATANTE de poder de gestão sobre as licenças

6.5.4.1 Serão admitidas somente as licenças cujo gestor, no mecanismo de gerenciamento de licenças por volume da Microsoft (VLSC - Volume Licensing Service Center), seja exclusivamente o usuário designado pela CONTRATANTE.

6.5.4.2 A persistência, no VLSC, de usuário estranho à equipe de fiscalização, com privilégios sobre as licenças da Susep é impeditiva à emissão do Termo de Recebimento Definitivo e, por conseguinte, ao pagamento.

6.5.5 Verificação do prazo de entrega

6.5.5.1 A CONTRATADA deverá observar o prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da emissão da Ordem de Fornecimento de Bens, para entrega do objeto.

6.5.5.2 O prazo especificado no item anterior poderá ser prorrogado a critério da Susep por até igual período mediante solicitação justificada da CONTRATADA antes do decurso do prazo original.

6.6 Níveis de Serviço

Id	Etapa	Indicador	Valor
1	Execução	Razão entre o número de licenças solicitadas na Ordem de Fornecimento e o número de licenças disponibilizadas via VLSC (Volume Licensing Service Center) - gerenciamento por volume da Microsoft	Mínimo: 100%
2	Execução	Número de part-numbers diferentes dos enumerados para o software adjudicado	Máximo: zero
3	Execução	Prazo para entrega, a partir da data da OFB.	Máximo: 30 dias úteis

6.7 Estimativa do Volume de Bens/Serviço

6.7.1 Item 1: Licença perpétua de Microsoft Visual Studio Professional 2017 - licenciamento por volume

Quantidade de licenças: 14 (catorze)

6.7.2 Item 2: Licença perpétua de Microsoft Visual Studio Enterprise 2017 - licenciamento por volume

Quantidade de licenças: 3 (três)

6.8 Locais, Prazos e Condições

6.8.1 As licenças deverão ser disponibilizadas através do mecanismo de licenciamento por volume (VLSC) disponibilizado pela Microsoft.

6.8.2 A CONTRATADA deverá solicitar à Susep os dados do usuário do ambiente de gerenciamento de licenças por volume da Microsoft em cuja conta as licenças serão disponibilizadas para verificação, gerenciamento e download.

6.8.3 O prazo para entrega das licenças, após a emissão da Ordem de Fornecimento de Bens, é de 30 (trinta) dias úteis.

6.8.4 A entrega das licenças será supervisionada pelos fiscais técnico e requisitante do contrato, servidores formalmente designados para esta função, de acordo com o art. 25, inc.II, alínea b) da IN SLTI/MP 04 de 12/11/2010.

6.8.5 Todas as licenças fornecidas deverão ser genuínas, com todos os itens de mídia e documentação, senhas, chaves e demais acessórios necessários à perfeita instalação do software, de acordo com as especificações estabelecidas nos itens 3-Descrição da Solução e 4- Especificação Técnica deste termo de Referência;

6.8.6 Aplica-se também, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

6.8.7 O Termo de Recebimento Provisório relativo às licenças de software será emitido em até 5 (cinco) dias úteis da notificação de disponibilização das licenças no ambiente de gerenciamento de licenças por volume.

6.8.8 O Termo de Recebimento Definitivo relativo às licenças de software será emitido em até 10 (dez) dias úteis após a emissão do respectivo Termo de Recebimento Provisório.

6.8.9 A Susep providenciará o pagamento das notas fiscais em até 10 (dez) dias úteis do recebimento pela Susep das respectivas DANFE's mediante o Termo de Recebimento Definitivo, mantidas as condições habilitatórias e classificatórias da CONTRATADA em virtude do ato convocatório e da lei.

6.9 Aceite, Alteração e Cancelamento

6.9.1 Condições de Aceite

6.9.1.1 O Recebimento é o ato pelo qual o material adquirido é entregue à SUSEP, e o serviço, devidamente prestado, no local previamente designado, não implicando em aceitação. Transfere apenas a responsabilidade pela guarda e conservação do material, do fornecedor ao órgão recebedor estabelecendo a data efetiva da entrega do material.

6.9.1.2 A Aceitação é o ato pelo qual a Comissão de Recebimento de Materiais se manifesta, declarando que todas as licenças entregues e os serviços foram prestados à SUSEP, no local previamente designado, foram verificados e estão em conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

6.9.1.3 A Rejeição é o ato pelo qual a Comissão de Recebimento de Materiais se manifesta rejeitando, no todo ou em parte, as licenças ou serviços que estiverem fora das especificações técnicas estabelecidas nos itens 3-Descrição da Solução e 4-Especificação Técnica deste Termo de Referência.

Observado o disposto no artigo 73 da Lei 8.666/93, inciso II e no art. 25, inc. III, alínea a) da IN SLTI/MP 04 de 12/11/2010, as licenças serão recebidas obedecendo-se aos seguintes procedimentos:

a) Recebimento Provisório:

As licenças de software e os serviços serão recebidos provisoriamente, pelos fiscais Técnico e Requisitante do Contrato, conforme o disposto no art. 25, inc. III, da IN SLTI/MP 04 de 12/11/2010. Os fiscais receberão as licenças, mediante a emissão de "Termo de Recebimento Provisório", assinado pelas partes, para efeito da posterior verificação da quantidade e avaliações de qualidade elencadas no item 6.5 deste Termo de Referência.

b) Recebimento Definitivo:

As licenças e os serviços serão recebidos definitivamente após a verificação da quantidade, qualidade e características técnicas do quantitativo total, face às especificações técnicas estabelecidas, de acordo com o Termo de Referência Item 4 - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA. Após cumpridas todas as etapas de verificação de todas as licenças e serviços, conforme item 6.5 - Metodologia de Avaliação da Qualidade deste Termo de Referência, materializar-se-á a relevante aceitação pelos fiscais técnico e requisitante do contrato, e será expedido o "Termo de Recebimento Definitivo", a cargo do Gestor e do Fiscal Requisitante do Contrato, assinado pelas partes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogável uma vez, por igual período, a contar da data do recebimento provisório.

O aceite das licenças e dos serviços será efetuado pelo Gestor e pelo Fiscal Requisitante do Contrato,

servidores designados pelo SUSEP, em conformidade com o que dispõe o artigo 25, inc. III, alínea h da IN SLTI/MP 04 de 12/11/2010, que expedirão o "Termo de Recebimento Definitivo".

A CONTRATADA efetuará a troca da(s) licenças(s) que não atender(em) as especificações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da solicitação.

A CONTRATADA prestará novamente os serviços tidos como insuficientes e que não atenderem as especificações na data pactuada com a CONTRATANTE.

Os fiscais e o gestor do contrato, representantes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos.

O pagamento será efetuado após a emissão do "Termo de Recebimento Definitivo" previsto nessa contratação, observados os atos de monitoramento da execução dispostos no artigo 25, inc. III da IN SLTI/MP 04 de 12/11/2010.

6.9.2 Condições de Alteração

O contrato decorrente desta licitação poderá ser alterado, com as devidas justificativas, respeitadas as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

6.9.3 Condições de Cancelamento

O contrato decorrente desta licitação poderá ser rescindido mediante sua inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos dos arts. 77 a 80 da Lei 8.666/93.

6.10 Condições para Pagamento

6.10.1 O pagamento será efetuado, mediante ordem bancária, através de crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA, em até 10 (dez) dias a contar da data do recebimento das Notas Fiscais, mediante o "Termo de Recebimento Definitivo" previsto na contratação, atesto e aprovação das Notas Fiscais/Fatura em 2(duas) vias pelos fiscais técnico e requisitante, conforme disposto no art. 25, inc. III, alínea a) da IN SLTI/MP 04 de 12/11/2010.

6.10.2 Será feita retenção no percentual indicado na Tabela constante da IN nº 28, de 1º de março de 1999 ou a que venha a substituí-la, a título de IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica), COFINS (Contribuição para Financiamento de Seguridade Social), PIS/PASEP e CSL (Contribuição Social sobre o

Lucro), salvo as pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES, que deverão anexar o Termo de Opção, devidamente autenticado, à Nota Fiscal quando da entrega do material.

6.10.3 Caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, a mesma deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

6.10.4 A Nota Fiscal/Fatura correspondente será examinada diretamente pelo Gestor do Contrato designado pela CONTRATANTE, o qual somente atestará o fornecimento das licenças e a prestação dos serviços e as liberará para pagamento quando cumpridas, pelo CONTRATADO, todas as condições pactuadas.

6.10.5 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo Fiscal à licitante vencedora e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

6.10.6 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão estes restituídos à CONTRATADA para as correções solicitadas, não respondendo a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

6.11 Cronograma físico-financeiro:

Id	Marco/Atividade	Dia Inicial*	Prazo (dias úteis)*	Dia Fim*	Percentual a pagar
1	Assinatura do contrato	0	0	0	0%
2	Emissão da Ordem de Fornecimento pela Susep	10	1	10	0%

3	Fornecimento de licenças pela CONTRATADA e recebimento pela Susep	10	30	40	0%
4	Emissão de Termo de Recebimento Provisório pela Susep	40	5	45	0%
5	Emissão de Termo de Recebimento Definitivo pela Susep	45	10	55	0%
6	Pagamento	55	10	65	100%

* Prazos em dias úteis

6.12 Garantia Contratual

Não se aplica. Pois o pagamento só será efetuado após a entrega das licenças.

6.13 Propriedade, Sigilo, Restrições

6.13.1 Direitos de Propriedade: São perpétuas as licenças de uso dos softwares adquiridos por meio do contrato decorrente desta licitação.

6.13.2 Condições para manutenção de sigilo: vide item 4.2.3 e subitens.

6.13.3 Restrições adicionais: Não há.

6.13 Mecanismos Formais de Comunicação

6.13.1 Formalização de quaisquer questões técnicas ou administrativas durante a execução do contrato

Documento	Emissor	Destinatário	Meio	Frequência
Carta, Termos de Recebimento, Ordem de Fornecimento	Contratante Contratada	/Contratada Contratante	/Correio	Eventual

6.13.2 Questões técnicas ou administrativas cotidianas durante a execução do contrato

Documento	Emissor	Destinatário	Meio	Frequência
Mensagem eletrônica (e-mail)	Contratante / Contratada	Contratada / Contratante	Internet	Eventual

6.13.3 Apresentação dos serviços prestados com vistas à sua avaliação e pagamento

Documento	Emissor	Destinatário	Meio	Frequência
Nota Fiscal e Fatura	Contratada	Contratante	Correio ou Internet	Eventual

7) ESTIMATIVA DE PREÇO

Id	Especificação	Valor Estimado	Qtde	Total
1	Licença Visual Studio Professional 2017 com Software Assurance MSDN por, no mínimo, 2 anos	R\$ 5.139,50	14	R\$ 71.953,00
2	Licença Visual Studio Enterprise 2017 com Software Assurance MSDN por, no mínimo, 2 anos	R\$ 31.601,44	3	R\$ 94.804,32
Estimativa do valor total do contrato				R\$ 166.757,32

8) ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a aquisição de que trata o objeto e correrá à conta da seguinte fonte de recursos:

Descrição: **Aquisição de Software**

Grupo de Despesa: **Investimento** Classificação Contábil: **3.4.4.9.0.40.05**

Valor: R\$ 166.757,32

Fonte:

Programa de Trabalho: 04.122.2110.2000.0001

Fonte de Recursos: 0280173039

Plano Interno: SUSEPSI2000

9) SANÇÕES APLICÁVEIS

9.1 Os seguintes eventos configuram INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO:

9.1.1 Não observar o prazo máximo de 30(trinta) dias úteis, contados da Ordem de Fornecimento de Bens, para entregar as licenças solicitadas na forma prevista neste Termo de Referência.

9.2 Os seguintes eventos configurarão INEXECUÇÃO TOTAL DO CONTRATO:

9.2.1 O não fornecimento do quantitativo de licenças de software solicitadas através da Ordem de Fornecimento de Bens.

9.2.1.1 Não serão admitidas entregas parciais.

9.2.2 O não fornecimento de chaves de liberação, senhas e quaisquer itens necessários ao funcionamento as licenças de software;

9.2.3 O fornecimento de software ilegal, falsificado, "pirata", versões "demo", acadêmicas, livres, gratuitas ou que tenham quaisquer limitações em relação à sua versão plena/comercial;

9.2.4 Não entrega, no ato da assinatura do contrato, declaração autenticada emitida pela Microsoft.

9.3 Multas e Sanções decorrentes de inexecuções

9.3.1 Para o caso de inexecução parcial do contrato, são possíveis as seguintes multas e sanções:

9.3.1.1 Multa de 0,1% do valor do contrato ao dia em que persistir a irregularidade, respeitando o limite de 5%, até que a CONTRATADA dê solução à inexecução do avençado ou até a rescisão contratual;

9.3.1.2 Rescisão unilateral do contrato pela Susep;

9.3.1.3 Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5

(cinco) anos e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que

se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02.

9.3.2 Para o caso de inexecução total do contrato, são possíveis as seguintes multas e sanções:

9.3.2.1 Multa de 20% do valor do contrato;

9.3.2.2 Rescisão unilateral do contrato pela Susep;

9.3.2.3 Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5

(cinco) anos e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02.

9.3.3 Para o caso de inadimplência quanto ao pagamento de multas aplicadas pela Susep:

9.3.3.1 Inclusão da contratada no CADIN, conforme Lei 6.830/80.

10) CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1 Proposta Técnica/de Preço

A proposta de preço deverá estar de acordo com o modelo detalhado no anexo I.

10.2 Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

10.3 Critérios de Seleção

10.3.1 Caracterização da Solução

A aquisição dos objetos definidos neste presente Termo de Referência possuem **NATUREZA COMUM**, ou seja, a caracterização do objeto aqui tratado está em conformidade com o disposto na **Lei nº 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único; Decreto nº 3.555, anexo II; Decreto nº 5.450/2005, art. 2º, §1º; Acórdão nº 2.471/2008-TCU-Plenário, item 9.2.1; assim como o Acórdão nº 1.547/2004 - primeira câmara.**

10.3.2 Tipo de Licitação

O **tipo de licitação** a ser adotado para a contratação do **OBJETO** é a de **MENOR PREÇO POR ITEM**, em conformidade com o **Inciso I, do art. 45 da Lei 8.666/93**, combinado com o **Inciso X, do art. 4º, da Lei nº 10.520/2002 e o § 2º, do art. 2º, do Decreto nº 5.450/2005**

10.3.3 Modalidade da Licitação

O objeto definido nesta contratação possui **NATUREZA COMUM**, ou seja, a caracterização do objeto aqui tratado está em conformidade com o disposto na **Lein° 10.520/2002, art. 1°, parágrafo único; Decreto n° 3.555, anexo II; Decreto n° 5.450/2005, art. 2°, §1°; Acórdão n° 2.471/2008-TCU- Plenário, item 9.2.1;** assim como o **Acórdão n° 1.547/2004 - primeira câmara.**

Assim, não há impedimento para a adoção da **modalidade de licitação PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**.

10.3.4 Justificativa para aplicação do Direito de Preferência (LC 123/2006 e Lei 8248/91)

A aplicação da Regra de preferência de que trata o **art. 3° da Lei 8.248, de 23 de Outubro de 1991, alterado pelas Leis 10.176, de 11 de Janeiro de 2001 e 11.077, de 30 de Dezembro de 2004**, nos procedimentos realizados sob a modalidade PREGÃO é **APLICÁVEL** nesta contratação, visto que no atual ordenamento jurídico este instituto se encontra em pleno vigor.

10.3.5 Justificativa para Contratação Direta

Não se aplica.

10.3.6 Critérios de Habilitação

Para fins de habilitação na licitação, as LICITANTES terão de satisfazer os requisitos relativos à habilitação, a saber: os relativos à **habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal** e ainda, a apresentação de **declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7° da Constituição Federal**.

A habilitação tem por finalidade, o exame da documentação da LICITANTE com objetivo de comprovar:

- a) O conhecimento e a fidelidade no cumprimento da legislação que envolve o processo licitatório pela LICITANTE;
- b) A relevante saúde econômico-financeira da LICITANTE;

A LICITANTE detentora da melhor proposta deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação:

10.3.6.1 Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor da LICITANTE, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

- b) Inscrição do ato constitutivo em Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- c) Registro comercial, em caso de empresa individual;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.3.6.2 Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede da LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do LICITANTE, ou outra equivalente, na forma da lei, dentro do prazo de validade;
- d) Prova de regularidade relativa a Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

10.3.6.3 Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b) Certidão negativa de falência ou concordata, ou de recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

10.3.6.4 Relativo ao Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF:

Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em atendimento ao preceito do **art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, de conformidade com a Lei Federal nº. 9.854/99, regulamentada pelo Decreto Presidencial nº. 4.358, de 05/09/2002;**

10.3.6.5 Relativos à Inexistência de Fatos Impeditivos para a sua habilitação:

Declaração expressa do proponente, sob as penas da Lei, da inexistência de fatos impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme regulamentação constante da IN/MARE nº 05/95 e ciência da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, na forma do § 2º, do art. 32 da Lei 8.666/1993, alterado pela Lei 9.648/1998;

10.3.7 Critérios de Aceitabilidade de Preços Unitários e Globais

O critério de aceitabilidade de preço para o objeto serão os valores unitários e globais estimados, conforme item 7 deste Termo de Referência. Serão admitidos somente os preços menores ou iguais àqueles ali descritos.

10.3.8 Critérios de Julgamento

10.3.8.1 A proposta de preço deverá ser julgada conforme o **MENOR PREÇO POR ITEM** licitado, de acordo com as especificações estabelecidas e demais exigências contidas neste Termo de Referência, na qual deverão estar incluídos todos os impostos, taxas e contribuições, fiscais ou parafiscais, frete, assim como quaisquer outras despesas necessárias ao fornecimento das licenças e prestação dos serviços.

10.3.8.2 O objeto do Termo de Referência será contratado pelo preço ofertado na proposta da **LICITANTE** vencedora, que será fixo e irreajustável, nos termos dispostos em conformidade com o **art. 28, caput e § 1º, da Lei nº 9.069, c/c os arts. 2º e 3º da Lei nº 10.192/2001.**

10.3.8.3 O preço ajustado poderá sofrer correção desde que não reste dúvida da ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na **alínea "d", do inciso II, do art. 65, da Lei 8.666/93**

11) ANEXOS A ESTE TERMO DE REFERÊNCIA

Anexo I — Modelo de Proposta de Preço

Anexo II - Modelo de Termo de Recebimento Provisório

Anexo III - Modelo de Termo de Recebimento Definitivo

Anexo IV - Modelo de Ordem de Fornecimento de Bens

Encaminha-se à CGEAF para abertura de processo administrativo e iniciação de procedimento licitatório.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
Fernando Freitas Fernandes Abreu Matrícula SIAPE: 1818403	André Batistuzzo Matrícula SIAPE: 1958552

Anexo I
Modelo de Proposta de Preços

Razão Social	
CNPJ	
Insc.Estadual	
Endereço Completo	

Proposta Comercial:

Qtde	Bem/Serviço	Valor Unitário	Valor Total
14	Licença Visual Studio Professional 2017 com Software Assurance MSDN por, no mínimo, 2 anos	R\$	R\$
3	Licença Visual Studio Enterprise 2017 com Software Assurance MSDN por, no mínimo, 2 anos	R\$	R\$
Total			R\$
Valor por extenso: reais e centavos.			

O prazo de validade é de 60 (sessenta) dias úteis, contados da data da entrega da proposta.

Em caso de adjudicação, sujeitamo-nos aos termos do ato convocatório e do Termo de Referência para execução contratual.

_____ de _____ de 20____.

Razão Social da Empresa
Nome do Representante legal

Anexo II
Modelo de Termo de Recebimento Provisório

Contrato:		No. Ordem Fornecimento	
Objeto:			
Contratante:	SUSEP - Superintendência de Seguros Privados		
Contratado:			

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no art. 34, inciso I, da Instrução Normativa nº 4/2014 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, que os serviços (ou bens), relacionados na O.S. acima identificada, foram recebidos nesta data e serão objeto de avaliação quanto à conformidade de qualidade, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos pela Contratante.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços (ou bens) ocorrerá em até _____ dias, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência correspondente ao Contrato supracitado.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO	PREPOSTO DA CONTRATADA
Nome Matrícula	Nome Qualificação Civil

Anexo III
Modelo de Termo de Recebimento Definitivo

Contrato:		No. Ordem Fornecimento	
Objeto:			
Contratante:	SUSEP - Superintendência de Seguros Privados		
Contratado:			

Por este instrumento, os servidores abaixo identificados atestam, para fins de cumprimento do disposto no art. 34, inciso VIII, da Instrução Normativa nº 4/2014 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, que os bens integrantes da Ordem de Fornecimento de Bens acima identificada possuem qualidade compatível com a especificada no Termo de Referência / Projeto Básico do Contrato supracitado.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

FISCAL REQUISITANTE DO CONTRATO	GESTOR DO CONTRATO
Nome Matrícula	Nome Matrícula

Anexo IV
Modelo de Ordem de Fornecimento de Bens

Requisitante:				Data de emissão:	
Contratada		Contrato		Emergencial:	Sim() Não(X)
1 - Especificação dos Produtos / Serviços e Volumes					
ID	PRODUTO/SERVIÇO	MÉTRICA	QTDE	Preço Unitário (R\$)	Preço Item (R\$)
1					
2					
3					
VALOR TOTAL DOS ITENS DESTA ORDEM: R\$					
2 – Instruções Complementares					
3 - Cronograma					
ID	TAREFA			INÍCIO	FIM
4 – Documentos entregues à Contratada					
5 - Datas e Prazos					
Data Prevista para Início do Fornecimento		Data Prevista Fim do Fornecimento		Prazo Total do Contrato	
CIÊNCIA					
Rio de Janeiro – RJ, ____ de _____ de ____.					
Gestor do Contrato		Fiscal Requisitante		Preposto da Contratada	
Nome: Matrícula:		Nome: Matrícula:		Nome: CPF:	